

Senado

# Advogado vai à Justiça contra Moacyr Dalla

Brasília — O advogado e Deputado Federal José Costa (PMDB-AL) chega hoje a Brasília para impetrar mandado de segurança contra o Senador Moacyr Dalla, que não forneceu as certidões sobre a efetivação dos 1 mil 554 funcionários para a gráfica do Senado, requeridas pela Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). José Costa foi convocado em Maceió (AL) para comandar a ação contra o Presidente do Senado através de um telefonema da parlamentar pernambucana e assim que chegar a Brasília dará entrada no mandado de segurança contra a mesa do Senado, no Supremo Tribunal Federal.

## Crime comum

O Deputado José Costa esclareceu por telefone que as nomeações constituem ilícito administrativo e os responsáveis por elas responderão civil e criminalmente. A responsabilidade civil visa a indenizar o erário pelos prejuízos advindos com as "nomeações ilegais" — pagamento de vencimentos. Por outro lado, a manipulação desses recursos financeiros "sem autorização legal" constitui crime comum previsto no Código Penal.

O Deputado e advogado adiantou que a autoridade judicial que declarar a nulidade dessas nomeações vai mandar extrair do processo os documentos necessários para que o Ministério Público possa propor contra os integrantes da mesa do senado uma ação civil (indenização por ato ilícito) e prática de crime comum.

Cristina Tavares queria impetrar ação popular para anular as nomeações "por serem ilegais e lesivas ao patrimônio público". Autorizada pela lei que regula a ação popular, a deputada entrou em 16 de janeiro com petição das certidões e documentos relativos às nomeações mas até ontem ainda não lhe haviam sido entregues. Um assessor da consultoria jurídica do senado garantia que não havia petição alguma, embora reconhecesse, depois, que ela estaria engavetada na mesa do Presidente do Senado.

A Deputada Cristina Tavares admite que Moacyr Dalla não quer entregar os documentos para transferir o caso ao futuro presidente da mesa do Senado. "Não adianta ele correr porque seu nome vai ser citado e terá de responder à ação popular," afirmou.